

Negociações com credores caminham lentamente

Manoel Francisco Brito

Correspondente

WASHINGTON — As negociações entre o Brasil e o comitê de bancos credores, iniciadas em Nova Iorque, caminham lentamente e talvez se estendam até o fim-de-semana. O principal negociador da dívida brasileira, Sérgio Amaral, tenta convencer o comitê presidido por William Rhodes a desistir da cláusula que ata o envio dos seus US\$ 600 milhões para os cofres do governo brasileiro a um empréstimo de US\$ 500 milhões do Banco Mundial para o setor elétrico — que era para ter sido liberado em outubro e continua engavetado. “Não vamos abrir mão de algum tipo de envolvimento do Banco Mundial para soltar este dinheiro novo de modo algum”, advertiu pela manhã um banqueiro de Nova Iorque. É não é difícil entender por que.

O comitê, que reúne 14 dos principais credores americanos do Brasil, precisa do aval de uma instituição multilateral como o Banco Mundial para atrair para o pacote de US\$ 600 milhões o interesse de pequenos bancos americanos. Ciente disso, o governo brasileiro propôs aos bancos que eles substituíssem o empréstimo ao setor elétrico por outros empréstimos do Bird ao Brasil como condição para soltar os US\$ 600 milhões. A questão, porém, é mais complicada do que parece.

O Brasil tinha oferecido no ano passado, quando negociou o reescalonamento da dívida com os banqueiros, o empréstimo do Banco Mundial ao setor elétrico como pré-

condição para liberar dinheiro novo porque ele preenchia duas condições que, na análise dos nossos negociadores, amaciariam as resistências dos credores americanos. Primeiro, garantia às negociações o aval de uma instituição multilateral como o Bird; depois, por ser um empréstimo setorial, teria uma liberação rápida, o que ajudaria o Brasil a equilibrar suas contas internas e com os banqueiros.

Enquanto eles negociavam com os banqueiros, o governo passava a Nuclebrás para a Eletrobrás, sabendo que o Banco Mundial está proibido de fazer empréstimos ao setor nuclear e que isto inviabilizaria o desembolso do dinheiro tanto do Banco Mundial quanto dos banqueiros privados”. Entre os outros empréstimos do Banco Mundial que o Brasil quer que os banqueiros aceitem como condição para dar os US\$ 600 milhões, existem mais dois outros empréstimos setoriais, mas eles estão longe de serem aprovados.

Um diz respeito à reforma financeira, mas sua negociação está apenas começando; o outro é relacionado a reforma comercial, mas o governo brasileiro está fazendo corpo mole nas suas discussões com o Banco Mundial porque ele implicaria na extinção da Cacex e na revisão de certas práticas protecionistas do Brasil. Os demais empréstimos, em torno de 20, uma fonte do Banco Mundial, têm desembolsos lentos, a médio prazo na melhor das hipóteses — o que dificulta a sua aceitação por parte dos banqueiros.